

Fabiana Trevisani Silva¹
Eduardo Augusto Vella Gonçalves²
Kátia de Freitas Alvarenga³

Descritores

Educação especial
Pessoas com deficiência/educação
Mainstreaming (Educação)
Ensino
Prática clínica baseada em evidências

Keywords

Education, special
Disabled persons/education
Mainstreaming (Education)
Teaching
Evidence-based practice

Endereço para correspondência:

Kátia de Freitas Alvarenga
Departamento de Fonoaudiologia da Faculdade de Odontologia de Bauru – USP
Al. Dr. Octávio Pinheiro Brisola, 9/75,
Bauru (SP), Brasil, CEP: 17012001.
E-mail: katialv@fob.usp.br

Recebido em: 26/10/2010

Aceito em: 19/9/2011

Inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular: revisão da literatura

Inclusion of individuals with special needs in regular education: a literature review

RESUMO

Objetivos: Analisar criticamente a inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular brasileiro, considerando aspectos sociais e jurídicos, por meio de revisão de literatura. **Estratégia de pesquisa:** A pesquisa bibliográfica foi conduzida em bases de dados de acesso público: LILACS, SciELO, Portal Cochrane e IUSDATA, sendo esta última da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, considerando todos os artigos publicados até o mês de dezembro de 2010. Como estratégia de busca foram utilizados os seguintes termos livres: educação inclusiva, educação especial, proposta inclusiva e portador de necessidades especiais. **Critérios de seleção:** Durante a busca, foram avaliados e selecionados apenas os estudos cujo resumo ou corpo do artigo tivesse relação com o objetivo proposto. **Análise dos dados:** Os artigos potencialmente relevantes para a revisão foram apresentados em uma ficha protocolar contendo critérios de elegibilidade do estudo, métodos utilizados, características do grupo de artigos analisado, tipo de intervenção realizada e resultados obtidos no estudo. Os artigos classificados como opinião de especialistas, apesar de apresentarem baixo nível de evidência científica, foram incluídos no trabalho, pois são frequentemente encontrados na literatura sobre o assunto. **Resultados:** Foram encontrados 1.399 artigos, e após leitura dos resumos foram selecionados 120 artigos potencialmente relevantes considerando-se o objetivo da pesquisa. Destes, 67 artigos foram citados em mais de uma base de dados, o que resultou em 53 artigos para serem lidos na íntegra. Após a leitura dos 53 artigos, foram excluídos 15 que não se enquadravam nos critérios de inclusão. Desta forma, 38 estudos foram incluídos e analisados. **Conclusão:** Após a análise crítica da literatura da área conclui-se que, até o momento, de maneira geral, a escola recebe, mas há muito a percorrer para incluir os alunos portadores de necessidades especiais, embora o país possua o escopo da inclusão. Assim, faz-se necessário o estabelecimento de diretrizes e ações políticas visando uma inclusão efetiva.

ABSTRACT

Purpose: To critically analyze the inclusion of individuals with special needs in regular education in Brazil, considering social and legal aspects, through literature review. **Research strategy:** The literature search was conducted in open access databases: LILACS, SciELO, Portal Cochrane and IUSDATA, the latter belonging to the Library of the Law School of the University of São Paulo, considering all articles published until December 2010. The search strategy used the following keywords: inclusive education; special education; inclusive proposal; individuals with special needs. **Selection criteria:** In the search, only studies in which the summary or the body of the article were related to the purpose of the study were evaluated and selected. **Data analysis:** The potentially relevant articles for review were presented in a protocol form containing the eligibility criteria of the study, methods used, characteristics of the analyzed group or manuscripts, type of intervention used in the study, and results obtained. Articles classified as expert opinions, despite their low level of scientific evidence, were considered in this work, since they are often found in the literature on the issue. **Results:** A total of 1,399 articles was found and 120 potentially relevant articles were selected after reading their abstracts. From these, 67 articles were cited in more than one database, which resulted in 53 articles to be fully read. Fifteen of these articles were excluded after reading because they did not meet the inclusion criteria. Thus, 38 studies were included and analyzed. **Conclusion:** Following a critical analysis of the literature in the field, it was concluded that, so far, in general, the school receives individuals with special needs; however, there is a long way to go to actually include these individuals, although Brazil has the scope of inclusion. Therefore, it is necessary to establish public policies and guidelines aimed at effective inclusion.

Trabalho realizado no Curso de Direito da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis (SP), Brasil.

Conflito de interesses: Não

- (1) Curso de Direito, Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis (SP), Brasil.
- (2) Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis (SP), Brasil.
- (3) Departamento de Fonoaudiologia, Universidade de São Paulo – USP – Bauru (SP), Brasil.

INTRODUÇÃO

A questão social e a necessidade de diminuição das desigualdades é um dos temas mais polêmicos e intrigantes da atualidade. Não se pode mais conceber que em plena era moderna, tecnológica e do mundo globalizado não se consiga transpor a barreira das diferenças.

O Estado abandona sua posição de abstinência nas questões sociais e passa a interferir, promovendo políticas públicas para impulsionar o processo de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Governo Federal tem investido de forma gradativa na Educação Brasileira. Contudo, os resultados continuam insatisfatórios, uma vez que a queda de 29,1% na taxa de analfabetismo entre 1996 e 2006, não foi suficiente para tirar o Brasil do penúltimo lugar no *ranking* de alfabetização na América do Sul, segundo dados do IBGE (<http://noticias.uol.com.br/educacao>, acesso disponível em maio de 2010). Há ainda outros indicadores de que o sistema educacional brasileiro apresenta políticas públicas por vezes equivocadas, que não garantem resultados satisfatórios. Um exemplo disso é a progressão continuada, que tem gerado sérios déficits de aprendizagem, pois os alunos são aprovados para séries subsequentes, muitas vezes apresentando deficiências significativas no aprendizado. Também tem sido foco de preocupação e discussão o nível de formação dos professores e a ausência de uma política de mérito, onde os bons seriam valorizados e conseqüentemente incentivados para uma constante capacitação.

É neste contexto que a educação inclusiva vem sendo discutida. Durante a década de 50, a criação de Secretarias da Saúde e Educação independentes promoveu discussões sobre a educação, que deveria passar a acontecer dentro de um prisma pedagógico e não mais médico, ou seja, em que a excepcionalidade era vista como doença^(1,2).

Considerando a perspectiva histórica da legislação⁽³⁾, a educação inclusiva no Brasil já teve avanços e retrocessos, isto porque as leis eram criadas de acordo com as concepções de seus governantes e o momento político de cada época. Assim, houve períodos em que a educação era voltada apenas a uma classe social, geralmente a mais abastada, e em outros, se procurava atender também a população desfavorecida. Este quadro se modificou com a Constituição Federal de 1998, que garantiu:

Art 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se um Estado Democrático de Direito e tem como fundamento:

II - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - constituir uma sociedade livre justa e solidária;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Art. 208. "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada

inclusive sua oferta gratuita para todos que a ele não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

Assim, a Constituição Federal de 1998 contempla os parâmetros internacionais ao priorizar o indivíduo inserindo no ordenamento jurídico, direitos fundamentais como a saúde, a educação, entre outros. Desta forma, observou-se uma modificação drástica na educação, que teve que se adequar a novos princípios universais⁽⁴⁾. A Lei de Diretrizes e Bases (1996) criada em paradigmas anteriores teve que ser reformulada (1988), com destaque para a descentralização administrativa da educação que foi transferida da união para o município, o aumento quantitativo no número de vagas e a nova visão da educação inclusiva.

Atualmente, a educação inclusiva é pautada pelas resoluções nº95 de 21/11/2000 e nº 02 de 11 de setembro de 2001 e pela Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Elas dispõem sobre acesso e permanência dos alunos portadores de necessidades especiais (PNEES) no ensino regular, e ações que viabilizam essa nova realidade educacional.

Neste contexto, a inclusão dos portadores de necessidades especiais no ensino regular desponta como propulsora de uma nova realidade social. Inserir todos os alunos em uma escola regular, não discriminando aqueles que historicamente foram segregados e envolver a família no processo educacional mostra ser a forma mais efetiva de transformar a sociedade. Esses anseios vêm ao encontro do debate atual do Direito, quanto à dignidade, igualdade de oportunidades e proibição da discriminação.

Importante ressaltar que se definiu por analisar apenas a literatura nacional voltada à inclusão, uma vez que o objetivo deste estudo é analisar criticamente a inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular brasileiro, ou seja, como este processo está sendo desenvolvido, considerando os recursos disponíveis em nossa realidade.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi analisar criticamente a inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular brasileiro, considerando aspectos sociais e jurídicos.

ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A pergunta de investigação que subsidiou a revisão foi: "A legislação brasileira assegura a inclusão dos portadores de necessidades especiais no ensino regular, sob a ótica do professor e coordenador educacional?"

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em bases de dados de acesso público: LILACS, SciELO, Portal Cochrane e IUSDATA, sendo esta última da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foram analisados estudos publicados até dezembro de 2010.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa no Portal Cochrane da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) disponível no endereço: <http://cochrane.bvsalud.org/portal/php/index.php?lang=pt>. Constatou-se a inexistência de estudos de revisão sistemática que analisaram a inclusão dos PNEs no ensino regular.

A partir da formulação da pergunta de investigação, buscou-se realizar a pesquisa bibliográfica sobre os temas centrais deste trabalho usando os seguintes termos livres de forma isolada, sem a combinação entre os mesmos: educação inclusiva, educação especial, proposta inclusiva e portador de necessidades especiais.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os critérios de exclusão adotados foram: estudos desenvolvidos fora do contexto nacional e estudos desenvolvidos isoladamente em escolas especiais. Foram selecionados artigos de revisão sistemática, estudos descritivos e opinião de especialistas, sendo que os dois últimos, apesar de apresentarem baixo nível de evidência científica, foram incluídos nesta pesquisa, pois são encontrados com frequência na literatura da área.

ANÁLISE DOS DADOS

Foram avaliados e selecionados apenas os estudos cujo resumo ou corpo do texto tivesse relação com o objetivo do presente estudo, para posterior obtenção dos artigos em texto completo.

Os artigos potencialmente relevantes para a revisão foram apresentados em uma ficha protocolar contendo critérios de elegibilidade do estudo, métodos utilizados, características do grupo analisado, tipo de intervenção realizada e resultados obtidos no estudo.

RESULTADOS

Os registros obtidos e selecionados nas diferentes bases de dados, estão apresentados no Quadro 1.

Dos 120 artigos selecionados, 67 foram excluídos por estarem concomitantemente em mais de uma base, resultando 53 artigos para serem lidos na íntegra.

Após a leitura dos 53 artigos, 15 foram excluídos, pois não se enquadravam nos critérios de inclusão. A síntese do processo de obtenção dos 38 artigos selecionados para a revisão de literatura está representada na Figura 1. O conteúdo abordado em cada um dos artigos está descrito no Quadro 2.

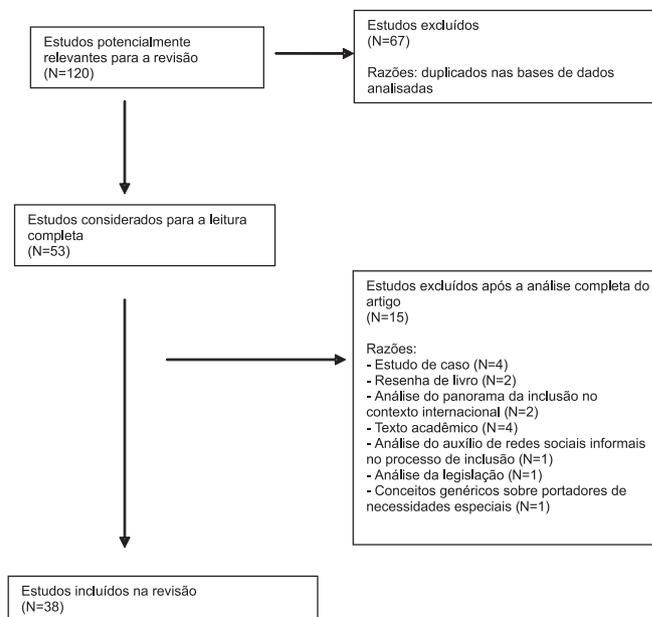


Figura 1. Síntese do processo de inclusão dos artigos selecionados para a revisão da literatura

Após o processo de pesquisa bibliográfica e análise dos artigos potencialmente relevantes para a revisão, constatou-se que para viabilizar a educação inclusiva com envolvimento das esferas federal, estadual e municipal, o Estado criou um Programa denominado “Educação Inclusiva: direito à diversidade” e a Secretaria de Educação Especial do Governo Federal (MEC/ SEESP, 2007) estabeleceu cidades-pólo para multiplicar

Quadro 1. Registros obtidos e selecionados nas bases de dados Portal Cochrane, LILACS, SciELO e IUSDATA, de acordo com os termos livres utilizados

Base de dados	Descritores	Registros	Selecionados
Portal Cochrane	Educação inclusiva, Educação especial, Proposta inclusiva, Portador de necessidades especiais	0	0
LILACS	Educação inclusiva	86	23
	Educação especial	949	38
	Proposta inclusiva	13	7
	Portador de necessidades especiais	39	3
SciELO	Educação inclusiva	63	15
	Educação especial	223	22
	Proposta inclusiva	11	5
	Portador de necessidades especiais	7	5
IUSDATA	Educação inclusiva	1	0
	Educação especial	7	2
	Proposta inclusiva	0	0
	Portador de necessidades especiais	0	0
Total		1399	120

Quadro 2. Conteúdo dos estudos selecionados para a revisão da literatura

Estudo	Conteúdo
1. Marques CA, Pereira RRD, Moura SM. A educação especial na década de 1950: um estado da questão. <i>Temas Desenvolv.</i> 1999;8(46):5-14.	Apresentaram o resultado de uma pesquisa teórica-reflexiva sobre as tendências da Educação Especial na década de 50.
2. Marques CA, Jenevain GP, Souza Júnior J, Antunes KCV, Carvalho MDM, Paula OLB, Ferreira SMA. A década de 1960: a realidade da educação especial no Brasil. <i>Temas Desenvolv.</i> 2003;11(66):19-26.	Realizaram uma pesquisa bibliográfica no período de 2000 a 2001 na Biblioteca Central da Universidade Federal de Juiz de Fora que retratou a educação especial na década de sessenta.
3. Cury CRJ. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. <i>Educ Rev.</i> 2008;(48):207-22.	Narrou à evolução histórica da educação no Brasil, iniciando com a Constituição Imperial de 1824 até a atual Constituição de 1988.
4. Gil M, coordenador. Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso? São Paulo; Ashoka; 2005. 165 p.	Coordenou uma obra direcionada aos professores elucidando questões relativas à inclusão no Brasil.
5. Marins SC, Matsukura TS. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. <i>Rev Bras Educ Espec.</i> 2009;15(1):45-64.	Realizaram um estudo com o objetivo de identificar, de acordo com a percepção dos gestores da área da Educação Especial de seis cidades-pólo do estado de São Paulo, quais ações foram implantadas a partir das diretrizes nacionais para a educação inclusiva na rede regular - Ensino Fundamental.
6. Gonçalves NG. História, estado e educação: uma leitura sobre o estado brasileiro (1971-2000). <i>Educ Rev.</i> 2008;(31):145-65.	Analisou o tema Estado e Educação, investigando 15 periódicos, entre revistas e Anais de Associações Nacionais de diferentes áreas do conhecimento: Anped (Educação), Anpuh (História), Anpad (Administração), Anpec (Economia) e Anpocs (Ciências Sociais), na totalidade de suas publicações.
7. Matos ND. A política de educação especial no estado de Sergipe (1979-2001). <i>Rev Bras Educ Espec.</i> 2007;13(1):77-94.	Realizou durante o período de 1979 a 2001 um estudo que avaliou a política de educação com destaque aos portadores de deficiências no estado de Sergipe. Analisou documentos oficiais da Secretaria de Estado da Educação e também em outros órgãos cujo acervo documental tivesse relevância para o estudo.
8. Prieto RG, Sousa SZL. Educação especial no município de São Paulo: acompanhamento da trajetória escolar de alunos no ensino regular. <i>Rev Bras Educ Espec.</i> 2006;12(2):187-202.	Buscaram identificar evidências que possibilitaram inferir como vem se concretizando a inclusão escolar de alunos com deficiência mental na rede municipal de ensino, da cidade de São Paulo.
9. Neri M, Pinto A, Soares W, Costilla H. Retratos da deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS; 2003. 250 p.	Relataram a análise feita do Censo/IBGE do ano de 2000, referente aos PNES.
10. Maruyama AT, Sampaio PRS, Rehder JRL. Percepção dos professores da rede regular de ensino sobre os problemas visuais e a inclusão de alunos com baixa visão. <i>Rev Bras Oftalmol.</i> 2009;68(2):73-5.	Verificaram e analisaram o conhecimento a respeito dos problemas visuais e do tema baixa visão entre os professores da rede regular de ensino, justificando a importância do pedagogo especializado como elo de ligação entre o médico oftalmologista e a escola.
11. Heckert ALC, Andrade RB. Caminhos bifurcantes na educação inclusiva: inclusões e rebeldias silenciosas na educação pública. <i>Fractal Rev Psicol.</i> 2010;22(3):497-512.	Analisaram o contexto no qual a educação inclusiva vem sendo implantada.
12. Enumo SF. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. <i>Rev Bras Educ Espec.</i> 2005;11(3):335-54.	Narrou à evolução do processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais, partindo da proposta de integração escolar elaborada em 1972 até o início dos anos oitenta que foi o momento de transição das classes especiais para o ensino regular.
13. Sekkel MC, Zanelatto R, Brandão SB. Uma questão para educação inclusiva: expor-se ou resguardar-se?. <i>Psicol Ciênc Prof.</i> 2010;30(2):296-307.	Analisaram aspectos psicológicos das pessoas envolvidas com a proposta de educação inclusiva em uma escola de educação infantil em São Paulo no período de 2006 a 2008.
14. Freitas NK. Inclusão socioeducativa na escola: avaliação do processo e dos alunos. <i>Ensaio: Aval Pol Públ Educ.</i> 2008;16(60):323-36.	Discutiu questões teórico-conceituais referentes às Políticas Públicas Inclusivas e refletiu sobre a avaliação de crianças com necessidades educativas especiais em classes de educação inclusiva. Realizou também um mapeamento da legislação.
15. Vitta FCF, Vitta A, Alexandra SR. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. <i>Rev Bras Educ Espec.</i> 2010;16(3):415-428.	Analisaram como professores de crianças de 3 a 6 anos percebem as diferenças entre a educação tradicional e a inclusiva.
16. Azevedo TFP. Educação de pessoas com necessidades especiais: o caso de Juiz de Fora. <i>Temas Desenvolv.</i> 2000;9(50):40-7.	Relatou a temática dos Direitos Humanos da Pessoa com Necessidades Especiais descrevendo experiências na área de educação ocorridas na cidade de Juiz de Fora, a fim de identificar avanços, conquistas, limites e possibilidades de atendimento efetivo as suas demandas.

Quadro 2. continuação

17. Gomes C, Barbosa AJG. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. Rev Bras Educ Espec. 2006;12(1):85-100.	Constataram a carência de estudos que abordassem especificamente as atitudes de professores em relação à inclusão escolar de PNEEs (Portadores de Necessidades Educativas Especiais), buscaram pesquisar e descrever suas atitudes nas salas regulares de ensino público fundamental.
18. Oliveira AAS, Leite LP. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. Ensaio: Aval Pol Públ Educ. 2007;15(57):511-24.	Discorreram sobre temáticas diretamente relacionadas com a efetivação de um sistema educacional inclusivo como uma das metas mais complexas vivenciadas pela pedagogia nos últimos tempos.
19. Pletch MD. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educ Rev. 2009;(33):143-56.	Levantou alguns aspectos relativos à formação de professores no Brasil, com ênfase para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular.
20. Silva CL, Lemes MIS. O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva. Psicol Ciênc Prof. 2009;29(3):494-511.	Realizaram um estudo investigativo sobre a influência de uma diretora de escola no processo de educação inclusiva.
21. Amaral LM. Alguns apontamentos para reflexão/discussão sobre: diferença/deficiência/necessidades educacionais especiais. Temas Desenvol. 1999;8(47):17-23.	Fez considerações acerca da postura, preconceito e atitudes da população PNEES ou não sobre a inclusão.
22. Garcia RMC. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. Rev Bras Educ Espec. 2006;12(3):299-316.	Análise crítica das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica pautada em duas premissas a crítica à homogeneização da escola do ensino regular e o reconhecimento da heterogeneidade.
23. Silva SC, Aranha MSF. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. Rev Bras Educ Espec. 2005;11(3):373-94.	Verificaram a interação professor-aluno deficiente e entre os alunos, em duas salas de aula institucionalmente considerada inclusiva, em unidade escolar da rede pública de ensino da cidade de Bauru, interior do estado de São Paulo.
24. Martins LAR. Por uma escola aberta às necessidades dos alunos. Temas Desenvol. 2001;10(55):28-34.	Verificou existir dois sistemas paralelos de educação, o regular e o especial que aos poucos estão se fundindo em um único sistema, fazendo, portanto uma análise crítica desse novo sistema de educação capaz de atender a todos.
25. Almeida-Verdu ACM, Fernandes MC, Rodrigues OMPR. A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais: implementação de práticas inclusivas e aspectos de planejamento educacional. Interação Psicol. 2002;6(2):223-31.	Apresentaram propostas alternativas para viabilizar a educação inclusiva, no sentido de atingir e educar a todos, partindo da premissa que o alvo deste novo sistema educacional não é só o aluno divergente, mas também toda estrutura e funcionamento escolar.
26. Sant'Ana IM. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. Psicol Estud. 2005;10(2):227-34.	Trata-se de estudo que visou investigar como professores e diretores entendem a inclusão escolar buscando também, conhecer as dificuldades existentes e as necessidades apontadas pelos profissionais no contexto da inserção de crianças com deficiência no ensino comum.
27. Gomes C, Gonzalez Rey FL. Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. Psicol Ciênc Prof. 2007;27(3):406-17.	Realizaram uma pesquisa enfatizando aspectos subjetivos (crenças, desejos, desafios, inseguranças), dos profissionais envolvidos no processo de inclusão do portador de necessidades educativas especiais no ensino regular.
28. Crochík JL, Freller CC, Dias MAL, Feffermann M, Nascimento RB, Casco R. Atitudes de professores em relação à educação inclusiva. Psicol Ciênc Prof. 2009;29(1):40-59.	Verificaram a visão dos professores de escolas pública e particulares, com e sem experiência em educação inclusiva acerca da mesma.
29. Abe PB, Araújo RCT. A participação escolar de alunos com deficiência na percepção de seus professores. Rev Bras Educ Espec. 2010;16(2):283-296.	Estudaram a aplicabilidade do método SFA <i>School Function Assessment</i> como instrumento identificador das necessidades específicas de alunos com necessidades especiais.
30. Kafrouni R, Pan MAGS. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. Interação (Curitiba). 2001;5:31-45.	Realizaram uma pesquisa com o objetivo de compreender as dificuldades encontradas pela escola ao lidar com alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, tendo em vista a, capacitação dos profissionais da Educação.
31. Nabuco ME. Práticas Institucionais e inclusão escolar. Cad Pesqui. 2010;40(139):63-74.	Realizou uma análise crítica do seguinte documento; <i>Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva</i> , entregue ao Ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008
32. Ramos AS, Alves LM. A fonoaudiologia na relação entre escolas regulares de ensino fundamental e escolas de educação especial no processo de inclusão. Rev Bras Educ Espec. 2008;14(2):235-50.	Desenvolveram um estudo delineado pelo tipo observacional descritivo e analítico, por meio de inquérito. Foram elaborados questionários com perguntas objetivas e aplicados em seis Escolas de Educação Especial e seis Escolas de Ensino Regular da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte.

Quadro 2. continuação

33. Leonardo NST, Bray CT, Rossato SPM. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. <i>Rev Bras Educ Espec.</i> 2009;15(2):289-306.	Foi feita uma análise de projetos de educação inclusiva em escolas públicas e privadas no interior do estado do Paraná.
34. Barros AS. A integração do deficiente físico em escolas regulares: relato de experiência. <i>Temas Desenvolv.</i> 1999;8(46):20-7.	Analisou o Centro de Reabilitação Infantil do Hospital do Aparelho Locomotor Sarah, Salvador/Bahia, que atende pacientes, crianças e adolescentes portadores de deficiência física.
35. Mattos LK, Nuemberg AH. A intervenção do psicólogo em contextos de educação especial na grande Florianópolis. <i>Rev Bras Educ Espec.</i> 2010;16(2):197-214.	Fizeram uma análise da intervenção da psicologia na educação inclusiva.
36. Saviani D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. <i>Rev Bras Educ.</i> 2010;15(44):380-392.	Faz uma análise da educação de maneira geral, tanto da educação tradicional como da educação inclusiva, versando também sobre a Conferência Nacional de Educação, (CONAE), realizada em Brasília de 28 de março a 1º de abril de 2010.
37. Dazzani MVM. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. <i>Psicol Ciênc Prof.</i> 2010;30(2):362-375.	Realizou um debate sobre a perspectiva psicológica e democrática da educação de alunos com necessidades especiais.
38. Silva KCB. Educação inclusiva: para todos ou para cada um? <i>Pro-Posições</i> 2010;21(1):163-178.	Faz uma análise do aspecto que para a autora é chamado de paradoxos da educação e dos anseios psicológicos das pessoas envolvidas.

as suas ações na área de Educação Especial⁽⁵⁾. Entretanto, apesar destas ações, a fiscalização do processo de implantação da proposta tem se mostrado insuficiente, o que possivelmente reflete nos resultados obtidos até o presente momento⁽⁶⁾. Estudos que tiveram como metodologia a análise de documentos e registros oficiais constataram que as informações voltadas à educação inclusiva foram provenientes de ações isoladas por parte de diretores e professores e não da administração pública, o que dificultou

qualquer análise longitudinal dos resultados obtidos na escola que possuía alunos portadores de necessidades especiais^(7,8). Importante ressaltar que dados oficiais são imprescindíveis para que uma política pública seja mantida e aprimorada. Partindo do pressuposto que são verdadeiros, estes resultados refletirão a real situação do problema, evitando assim que seja feita uma análise empírica.

A legislação brasileira definiu com clareza a população alvo a que se destina a educação inclusiva. Entretanto, não há dados oficiais precisos sobre o número de PNEES existentes em cada região do Brasil, informação básica para se implantar qualquer política pública⁽⁹⁾. O IBGE poderia ser a fonte de informação, mas os critérios utilizados por ele dificultam a aplicação dos dados ao dispositivo legal que define quem são os alunos com necessidades educacionais especiais (Artigo 5º da Resolução nº 2 de 11/9/2010). A classificação de deficiência utilizada pelo IBGE (2000) em seis categorias (visual, auditiva, motora, física, mental e múltiplas deficiências) engloba todos os aspectos que refletem o desenvolvimento global do indivíduo: motor, lingüístico, sensorial, cognitivo, socialização e autos-cuidados, e vai ao encontro de definições nacionais e internacionais de deficiência. Contudo, o critério de grau de severidade utilizado (incapaz, alguma ou grande dificuldade permanente) dificulta identificar com clareza quais seriam os indivíduos que realmente necessitariam e se beneficiariam com a política da educação inclusiva.

Na literatura da área, observa-se que a maioria das experiências com a inclusão não foi aplicada em condições

favoráveis^(10,11), o que permitiria uma análise fundamentada e correta. Outro aspecto importante diz respeito à compreensão sobre o conceito de inclusão^(12,13), no qual foi descrita como a adaptação dos PNEES a realidade existente. Assim, entende-se a educação como um modelo sócio-educacional que seleciona e exclui usuários; como um processo paralelo, em face de necessidade de trabalhos individualizados e métodos e técnicas adequados^(14,15), e por fim, como um processo de homogeneização de oportunidades como a pessoas ditas normais⁽¹⁶⁾.

Ao se apresentar uma proposta inclusiva, o mínimo que se espera é a capacitação dos profissionais envolvidos na educação do aluno com necessidades especiais⁽¹⁷⁻¹⁹⁾, desde o professor ao funcionário administrativo⁽²⁰⁾. Tem-se como ponto de partida uma mudança de postura passando de medo, repulsa, violência e autoritarismo para paciência e coragem^(21,22). Contudo, este é o aspecto que os estudos consideram como mais deficitário, e aponta o anseio dos envolvidos no processo, pois o professor não foi preparado em nível de graduação (considerando o Curso de Pedagogia). Além disso, não há uma proposta efetiva de cursos de capacitação que visem à educação contínua e permanente, principalmente para aqueles que estão atuando. Apesar de experiências demonstrando resultados promissores referentes à relação professor-aluno⁽²³⁾, o que se observa são professores educando os PNEES mantendo o mesmo currículo, metodologia pedagógica e a realização da avaliação de desempenho de forma tradicional⁽²⁴⁻²⁹⁾, como fazem as escolas sem projeto de inclusão com diretrizes definidas⁽³⁰⁾.

Em associação aos aspectos mencionados acima, nem sempre existem nas escolas as salas de recursos com tecnologia assistida, exigidas por lei, que atendem a pluralidade desses novos alunos promovendo auto-estima, autonomia, e criatividade. Isso ocorre pela dificuldade de implantá-las e mantê-las, considerando o número de alunos PNEES matriculados nas unidades⁽³¹⁾.

A problemática da formação do professor torna-se muito mais complexa quando se considera que, geralmente, o único critério para formação das salas de aula é a faixa etária, o que

pode levar o professor a se deparar com uma diversidade de patologias que apresentam quadros clínicos diferentes, o que exige um tratamento diferenciado e específico^(32,33). Este fato justifica haver na escola uma equipe formada não apenas por profissionais da educação, mas também da saúde, para assessorar os profissionais da instituição, criando condições de permanência e inserção dos portadores de necessidades especiais no ensino regular. Experiências de sucesso descritas foram alcançadas devido à existência de equipe multidisciplinar na escola^(34,35).

Muitas vezes, o PNEES não é aceito pelos alunos “ditos normais”, dentro da própria escola, o que acaba por gerar a exclusão, ou seja, o inverso do que se propõe. Assim, na educação familiar, trabalhar o conceito de deficiência passa a ser importante mesmo não haja indivíduos PNEES na família. Isso contribuirá para que a criança não solidifique preconceitos e aprenda a conviver com as diferenças. A partir daí poder-se-á propor que a interação entre os alunos seja um facilitador para o aprendizado dos PNEES.

A impressão que se tem da situação atual é a de que houve a inserção do aluno com necessidades especiais, mas não a inclusão deste aluno no ensino regular⁽³⁶⁾. Kafrouni⁽³⁰⁾ propôs uma discussão em torno de dois termos aparentemente parecidos, mas cercados de muitas antinomias, o que se faz necessário distingui-los: integrar e incluir. Centralizar a deficiência na pessoa que a possui, exigindo dela sua reabilitação para que possa ingressar na sociedade é uma postura que define a integração. A inclusão parte de outro paradigma em que a deficiência não é responsabilidade exclusiva de seu portador, cabendo à sociedade modificar-se para propiciar uma inserção total do indivíduo, independentemente de seus déficits ou necessidades^(30,37,38).

No contexto jurídico existe também uma antinomia, pois a mesma legislação que preconiza o acesso à educação de forma indiscriminada contraria princípios norteadores de todo ordenamento jurídico, como o princípio da isonomia e da dignidade da pessoa humana que consiste em “tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual”. Isto porque, ao inserir o aluno sem criar condições físicas, pedagógicas e humanas estamos tratando todos os alunos como iguais sem respeitar as diferenças e as necessidades individuais. A dignidade destes PNEES passa a ser desrespeitada a partir do momento que as condições oferecidas fazem do aluno mero espectador e não sujeito da aprendizagem.

Atualmente, inúmeros desafios precisam ser vencidos para se alcançar a educação inclusiva, mas sua legalidade formal não pode ser ignorada. A existência da lei garante o direito de acesso aos alunos PNEES ao ensino regular, com todas as condições necessárias para que o aprendizado ocorra efetivamente, e principalmente, mantém a sociedade consciente e ativa para que a educação inclusiva possa se materializar em uma legalidade material, ou seja, tornar-se uma realidade no sistema educacional brasileiro.

É importante atentar-se ao fato de que a inclusão dos portadores de necessidades especiais não pode ser analisada apenas como aspecto educacional, mas também como fenômeno social. A mudança de paradigma que transforma segregação em inclusão não vai ser proporcionada somente pelo fato de existirem

leis e políticas públicas, mas sim pela mudança de comportamento social que só poderá ocorrer por meio da educação. Assim, a educação é propulsora de mudanças sociais, mas a sociedade também viabiliza novas possibilidades educacionais.

CONCLUSÃO

Após a análise crítica da literatura da área conclui-se que, até o momento, de maneira geral, a escola recebe, mas há muito a percorrer para incluir os alunos PNEES, embora o país possua o escopo da inclusão. Assim, faz-se necessário o estabelecimento de diretrizes e ações políticas visando à efetiva inclusão dos PNEES nas classes regulares de ensino, o que exige além de ousadia e coragem, prudência e sensatez para que se construa uma realidade inclusiva de fato.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de pesquisa concedida para a realização do estudo, sob processo número 09/50403-9.

REFERÊNCIAS

1. Marques CA, Pereira RRD, Moura SM. A educação especial na década de 1950: um estado da questão. *Temas Desenvolv.* 1999;8(46):5-14.
2. Marques CA, Jenevain GP, Souza Júnior J, Antunes KCV, Carvalho MDM, Paula OLB, Ferreira SMA. A década de 1960: a realidade da educação especial no Brasil. *Temas Desenvolv.* 2003;11(66):19-26.
3. Cury CRJ. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. *Educ Rev.* 2008;(48):207-22.
4. Gil M, coordenador. Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso? São Paulo; Ashoka; 2005. 165 p.
5. Marins SC, Matsukura TS. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. *Rev Bras Educ Espec.* 2009;15(1):45-64.
6. Gonçalves NG. História, estado e educação: uma leitura sobre o estado brasileiro (1971-2000). *Educ Rev.* 2008;(31):145-65.
7. Matos ND. A política de educação especial no estado de Sergipe (1979-2001). *Rev Bras Educ Espec.* 2007;13(1):77-94.
8. Prieto RG, Sousa SZL. Educação especial no município de São Paulo: acompanhamento da trajetória escolar de alunos no ensino regular. *Rev Bras Educ Espec.* 2006;12(2):187-202.
9. Neri M, Pinto A, Soares W, Costilla H. Retratos da deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS; 2003. 250 p.
10. Maruyama AT, Sampaio PRS, Rehder JRL. Percepção dos professores da rede regular de ensino sobre os problemas visuais e a inclusão de alunos com baixa visão. *Rev Bras Oftalmol.* 2009;68(2):73-5.
11. Heckert ALC, Andrade RB. Caminhos bifurcantes na educação inclusiva: inclusões e rebeldias silenciosas na educação pública. *Fractal Rev Psicol.* 2010;22(3):497-512.
12. Enumo SF. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. *Rev Bras Educ Espec.* 2005;11(3):335-54.
13. Sekkel MC, Zanelatto R, Brandão SB. Uma questão para educação inclusiva: expor-se ou resguardar-se? *Psicol Ciênc Prof.* 2010;30(2):296-307.
14. Freitas NK. Inclusão socioeducativa na escola: avaliação do processo e dos alunos. *Ensaio: Aval Pol Públ Educ.* 2008;16(60):323-36.
15. Vitta FCF, Vitta A, Alexandra SR. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. *Rev Bras Educ Espec.* 2010;16(3):415-428.

16. Azevedo TFP. Educação de pessoas com necessidades especiais: o caso de Juiz de Fora. *Temas Desenvolv.* 2000;9(50):40-7.
17. Gomes C, Barbosa AJG. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. *Rev Bras Educ Espec.* 2006;12(1):85-100.
18. Oliveira AAS, Leite LP. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. *Ensaio: Aval Pol Públ Educ.* 2007;15(57):511-24.
19. Pletch MD. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educ Rev.* 2009;33:143-56.
20. Silva CL, Lemes MIS. O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva. *Psicol Ciênc Prof.* 2009;29(3):494-511.
21. Amaral LM. Alguns apontamentos para reflexão/discussão sobre: diferença/deficiência/necessidades educacionais especiais. *Temas Desenvolv.* 1999;8(47):17-23.
22. Garcia RMC. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. *Rev Bras Educ Espec.* 2006;12(3):299-316.
23. Silva SC, Aranha MSF. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. *Rev Bras Educ Espec.* 2005;11(3):373-94.
24. Martins LAR. Por uma escola aberta às necessidades dos alunos. *Temas Desenvolv.* 2001;10(55):28-34.
25. Almeida-Verdu ACM, Fernandes MC, Rodrigues OMPR. A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais: implementação de práticas inclusivas e aspectos de planejamento educacional. *Interação Psicol.* 2002;6(2):223-31.
26. Sant'Ana IM. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. *Psicol Estud.* 2005;10(2):227-34.
27. Gomes C, Gonzalez Rey FL. Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. *Psicol Ciênc Prof.* 2007;27(3):406-17.
28. Crochík JL, Freller CC, Dias MAL, Feffermann M, Nascimento RB, Casco R. Atitudes de professores em relação à educação inclusiva. *Psicol Ciênc Prof.* 2009;29(1):40-59.
29. Abe PB, Araújo RCT. A participação escolar de alunos com deficiência na percepção de seus professores. *Rev Bras Educ Espec.* 2010;16(2):283-296.
30. Kafrouni R, Pan MAGS. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. *Interação (Curitiba).* 2001;5:31-45.
31. Nabuco ME. Práticas Institucionais e inclusão escolar. *Cad Pesqui.* 2010;40(139):63-74.
32. Ramos AS, Alves LM. A fonoaudiologia na relação entre escolas regulares de ensino fundamental e escolas de educação especial no processo de inclusão. *Rev Bras Educ Espec.* 2008;14(2):235-50.
33. Leonardo NST, Bray CT, Rossato SPM. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. *Rev Bras Educ Espec.* 2009;15(2):289-306.
34. Barros AS. A integração do deficiente físico em escolas regulares: relato de experiência. *Temas Desenvolv.* 1999;8(46):20-7.
35. Mattos LK, Nuemberg AH. A intervenção do psicólogo em contextos de educação especial na grande Florianópolis. *Rev Bras Educ Espec.* 2010;16(2):197-214.
36. Saviani D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. *Rev Bras Educ.* 2010;15(44):380-392.
37. Dazzani MVM. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. *Psicol Ciênc Prof.* 2010;30(2):362-375.
38. Silva KCB. Educação inclusiva: para todos ou para cada um? *Pro-Posições.* 2010;21(1):163-178.